

Exame de laboratório é roleta russa

■ Margem de erro é de até 30% e não há controle de análises

Fazer exame de laboratório no Brasil é uma verdadeira roleta russa. Os resultados não são garantia de ter ou não uma doença. Dos cerca de 14 mil laboratórios existentes no país — o Ministério da Saúde não tem controle de quantos existem — apenas 10% se submetem a algum tipo de controle de qualidade. Desse, cerca de 20% são reprovados, sem sofrer qualquer tipo de punição. “O número de resultados de exames errados é assustador”, confirma o diretor geral do Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels, órgão oficial da Secretaria Estadual de Saúde, Oscar Berro.

Além disso, existe uma agravante: “Muitos laboratórios encobrem seus erros com o *falso positivo e negativo*”, afirma o chefe da Divisão de Credenciamento e Confiabilidade do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), Gaudino Guttman Bicho. Preocupado com a situação, o Inmetro está elaborando normas em conjunto com a sociedade civil e, em breve, estará credenciando os órgãos que fiscalizam os laboratórios.

Para tentar manter um nível de qualidade aceitável, existem dois órgãos que fazem um controle de qualidade externo nos laboratórios: a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (SBPC) e a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC). “Mas nosso controle é apenas educativo. Não temos nenhuma ligação com o governo e não aplicamos qualquer punição aos laboratórios que não conseguem o nível mínimo”, diz o diretor científico da SBPC, Adagmar Andriolo, que fiscaliza 899 laboratórios.

Os laboratórios que passam pelo crivo das sociedades ganham um certificado que lhes confere um bom nível de funcionamento. Para conseguir a aprovação da SBPC, os laboratórios devem ter 70% de acerto, ou seja, uma margem de erro de 30% é tolerada. Ainda assim, em 1995, 46,8% dos laboratórios analisados não conseguiram o certificado por excederem o índice máximo de erros.

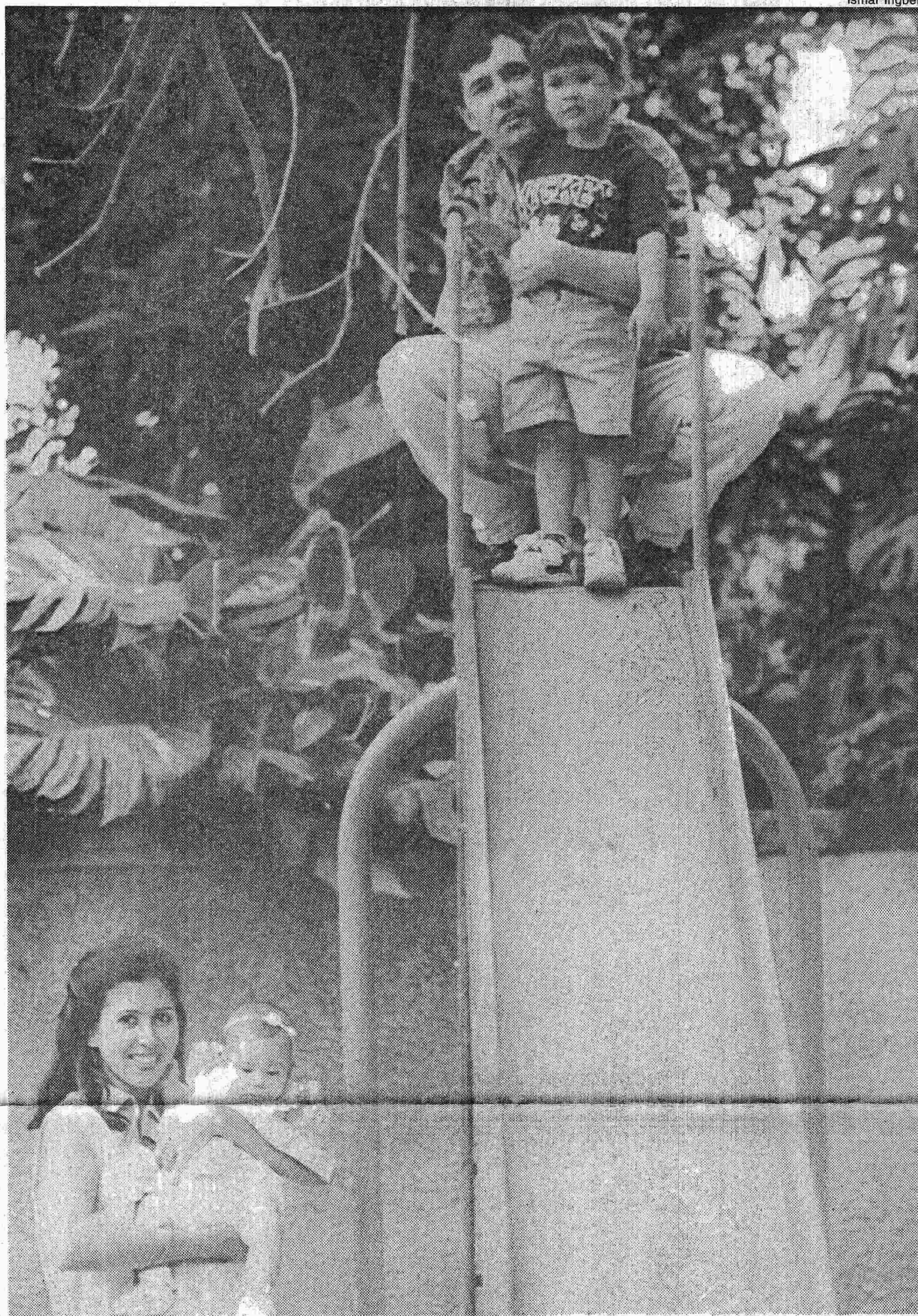
Desvio padrão — Na Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, o laboratório precisa ter 85% de acerto nas amostras para receber o certificado. Os outros 15% são considerados desvio padrão, uma diferença de valor que pode alterar o exame, provocando um resultado errado. Atualmente, a SBAC faz o controle de qualidade de 1.100 laboratórios e no último ano reprovou cerca de 8% dos associados, segundo o presidente da sociedade, Humberto Marques Tibúrio.

A situação dos hospitais públicos ainda é mais grave. “Os laboratórios desses hospitais não sofrem controles periódicos”, afirma Oscar Berro. Mas faz uma ressalva: “Vamos fazer um acordo para que esses hospitais também tenham alguma fiscalização”, conta. A própria Secretaria só realiza fiscalização em laboratórios depois de receber denúncias. Nos últimos três anos apenas sete foram fechados.

Se acontecem tantos erros, por que os laboratórios quase nunca são processados? “A maioria das vítimas de erros de laboratório não entra na Justiça porque o processo é muito demorado”, explica a presidente da Associação das Vítimas de Erros Médicos (Avermes), a advogada Célia Destri. Segundo Célia, um processo contra um laboratório leva cerca de oito anos até o julgamento final.

Outros motivos além da batalha jurídica pesam na hora de processar ou não um laboratório que forneceu um resultado errado. O funcionário do Ministério da Fazenda, R.D., 33 anos, passou por essa situação. Ele fez um exame de Aids em 1987 no Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio, antes de fazer um transplante de rim e o resultado foi positivo. “Foi um mês de angústia e sofrimento até refazer o exame em outro lugar e constatar que era negativo”, lembra R.

Como a grande maioria, R.D. optou por não entrar na Justiça contra o hospital. “Quem tem alguma doença crônica, como eu, depende dos médicos e dos laboratórios. Nossa vida está nas mãos deles. Por isso, é melhor evitar confusão”, resume.



Se tivesse confiado nos resultados dos exames que fez durante a gravidez, Esther não teria tido seus dois filhos. Na primeira gestação, um exame de sangue acusou rubéola. Na segunda, um teste indicou alta probabilidade de o feto ser portador de síndrome de Down.

Falha em teste de Aids transforma vida de professor

Foi um erro, ou um *falso positivo*, no resultado de um exame de Aids que virou pelo avesso a vida do professor Antônio Cêzar de Souza, 56 anos. Em 1987, ele se sentiu mal e foi ao Hospital do Andaraí. Diabético, Antônio foi aconselhado a fazer um exame de sangue. “O médico me informou que o exame tinha dado positivo para Aids. Fiquei desesperado. Não era de nenhum grupo de risco”, conta. O professor pediu para repetir o exame, mas o médico não permitiu. Naquela época, quase nenhum laboratório particular

fazia o teste para Aids e Antônio não pôde refazer o exame.

A partir de então, começou o martírio. Casado há 20 anos, Antônio largou mulher e filha com medo da reação. “Em 1987 pensava-se que só tinha Aids quem era homossexual ou viciado em drogas. Minha família nunca entenderia”, afirma. O passo seguinte foi pedir demissão nas cinco escolas particulares em que dava aula de matemática e estatística, e entrar com o pedido de aposentadoria na escola estadual onde trabalhava.

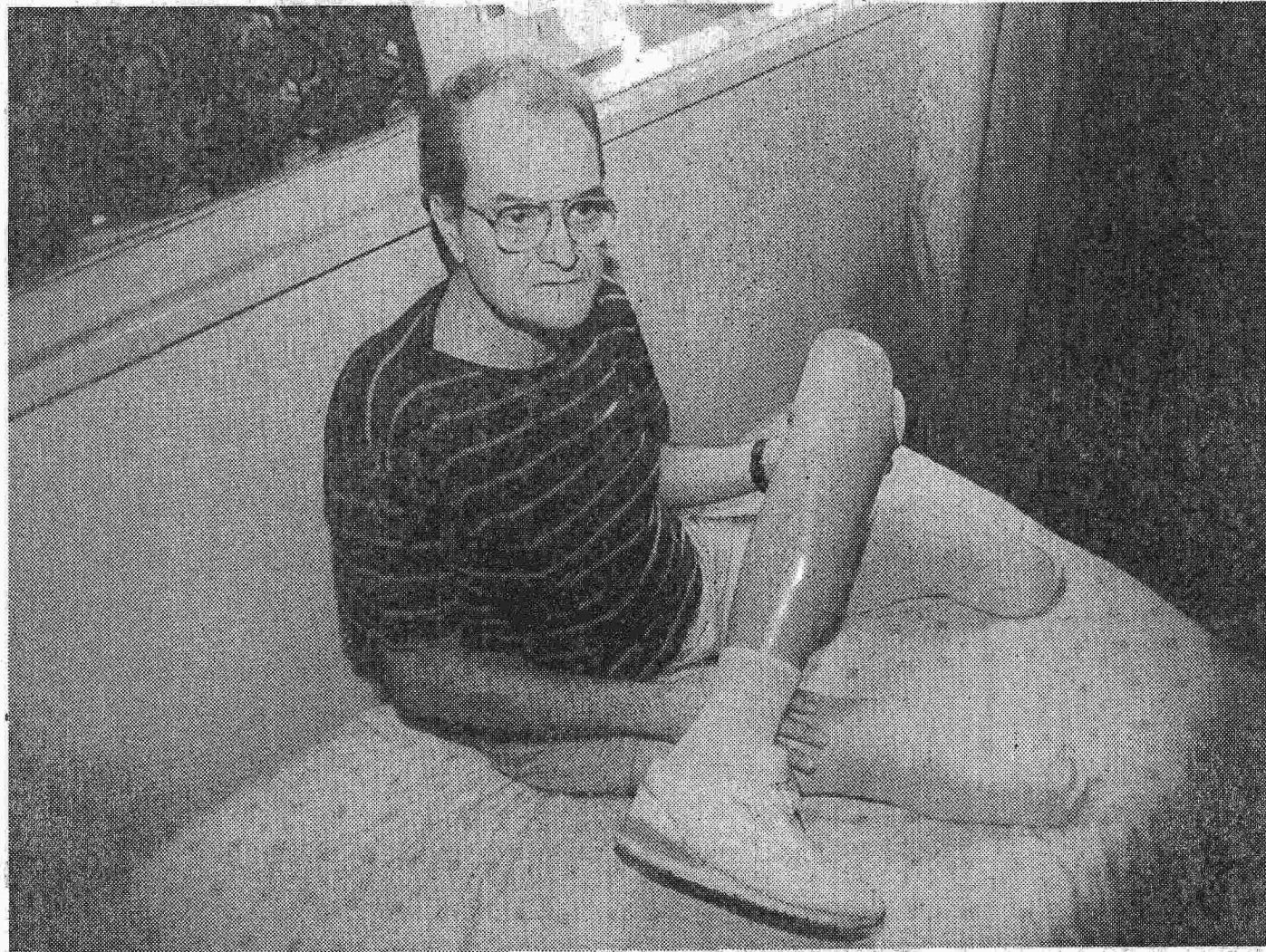
“Comecei logo a me tratar com AZT”, conta. Durante 11 meses, tomou cinco comprimidos do remédio por dia. “Até que me desiludi e parei o tratamento”, recorda. Cinco anos depois, o professor — mais informado sobre a doença — decidiu procurar um médico. “Fiz o exame novamente e veio a surpresa: eu não estava com Aids”, conta emocionado.

A partir daí, começou a tentar trabalhar novamente. “Tive que entrar na Justiça para conseguir a reintegração”, diz.

Nesse período, o professor reviu a família, afastada há anos, e conheceu os dois netos. “Mas minha mulher já tinha casado de novo”, fala, sem mágoa. O pior estava por vir: por ser diabético e ter tomado AZT por muito tempo, Antônio perdeu as defesas do organismo, tornando-se suscetível a qualquer infecção. Por causa disso, perdeu parte das duas pernas, 60% da visão (já recuperou 40%) e agora tem insuficiência renal grave.

Hoje, Antônio dá aula na Escola Estadual Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado, enquanto aguarda a indenização do governo estadual, que deve chegar a R\$ 50 mil. “O processo contra o INSS está no Supremo Tribunal Federal esperando julgamento. O valor estimado é de R\$ 1 milhão”, conta.

Casado há 20 anos, quando soube que estava com Aids, Antônio largou mulher e filha com medo da reação. Só soube que o resultado era falso cinco anos depois. Era tarde. Os efeitos do AZT acabaram com suas defesas. Teve uma infecção e perdeu parte das duas pernas.



Desconfiança em resultado salvou bebês

“Se tivesse confiado nos resultados dos exames que fiz durante a gravidez não teria meus dois filhos”, desabafa a jornalista Esther Damasio, 31 anos, mãe de João Pedro, 3 anos, e Júlia, 3 meses. Esther foi vítima de dois erros em resultados de exames justamente em um dos períodos mais delicados da vida da mulher: a gravidez. Em exames comuns do pré-natal, os resultados deram positivo para doenças diferentes nas duas gestações. “Infelizmente, no Brasil, nunca devemos confiar no resultado dos exames”, afirma.

A primeira vez, em 1992, em um exame pré-natal de rotina, no Laboratório Sérgio Franco, o resultado para rubéola — doença que nos primeiros meses de gravidez costuma causar deformações no feto — foi positivo. “Refiz o exame e deu positivo. Fiquei desesperada”, conta.

Depois de chorar durante quatro dias e até pensar em recorrer a uma clínica clandestina para fazer o aborto — no Brasil a interrupção da gravidez só é permitida em casos de estupro e risco de vida para a mãe —, Esther resolveu repetir o exame em outro laboratório. “Finalmente o resultado foi negativo e levei a gravidez até o fim. Meu filho nasceu perfeito”, fala.

O Laboratório Sérgio Franco, que tem 26 filiais no Rio e faz 400 mil exames por mês, alega que só poderia analisar se houve ou não erro se fosse acionado na época. “Agora não temos como dizer o que aconteceu. Pode ter sido um resultado *falso positivo*, causado por uma taxa alta de anticorpos inespecíficos no organismo”, afirma a assistente da diretoria, a patologista Maria Christina Cruz. E acrescenta: “O que falta é uma integração entre o laboratório, o médico e o paciente”.

O segundo diagnóstico errado aconteceu no ano passado, quando Esther, então com 30 anos, resolveu fazer o teste de risco fetal, para verificar o risco de síndrome de Down no feto, no laboratório Diagnósticos Laboratoriais Especializados (DLE). Este exame é do tipo que faz o rastreamento populacional, calculando o risco que uma mulher corre de ter um filho com a síndrome. “Na minha idade, eu tinha uma em 864 chances de ter um bebê com uma anomalia. Meu teste de sangue — de uma em 146 chances — elevou muito esse risco. O resultado foi considerado positivo para Down”, conta a jornalista.

Mesmo depois de repetir o exame no mesmo laboratório, o resultado continuou sendo positivo. “Passei novamente pelo mesmo sofrimento de saber se meu filho tinha algum problema e se ia levar a gravidez adiante”, lembra Esther. A certeza de que estava tudo bem com Júlia — hoje com três meses — só veio depois de ver o resultado negativo em outro laboratório, com a taxa pulando de uma para 2.897 chances, e confirmar o diagnóstico através de uma amniocentese, exame invasivo que traz riscos (um em 200 tem complicações) para o feto.

A explicação para erros em dois exames consecutivos foi relativizada pelo diretor do DLE, Armando Alves da Fonseca. “Esse é um exame estatístico e não tem compromisso com o diagnóstico. Sempre que dá positivo aconselhamos a gestante fazer uma amniocentese”, afirma. “O que acontece no Brasil é uma interpretação errada do resultado”, conclui.

Para o professor de microbiologia e imunologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Alexandre Adler, a situação de erros em exames no Brasil é preocupante. “Os erros já começam nos pedidos médicos e se estendem até as equipes mal treinadas”, afirma. Mas Adler acredita que já existe uma preocupação maior em garantir um controle de qualidade. “Estamos melhorando”, finaliza.